

Dossiê

Escolas Contemporâneas, desafios republicanos

Apresentação

Este dossiê nasceu de uma experiência de pesquisa. Motivados por uma questão contemporânea estreitamente relacionada aos seus campos específicos de investimento intelectual, três professores do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UERJ (PPCIS) – Helena Bomeny, Maria Claudia Coelho e João Trajano Sento-Sé – conjugaram suas áreas de investigação (a sociologia da educação, a antropologia das emoções e os estudos sobre violência) para tratar analiticamente uma questão que mobiliza autoridades, professores e a comunidade acadêmica: violência nas escolas.

Os resultados da pesquisa tiveram como eixo principal a percepção dos professores daquilo que é “violência”, percepção marcada por sucessivos “deslizamentos semânticos” entre as noções de “violência” e “indisciplina”, cuja lógica nos pareceu estar associada a uma forma de conceber a identidade profissional do professor fortemente orientada por concepções de “autoridade docente”, considerada por eles como posta em xeque pelo mecanismo, então vigente nas escolas municipais do Rio de Janeiro, da “aprovação automática”¹. Os resultados estão relatados de forma pormenorizada em Bomeny, Coelho & Sento-Sé (2010)².

¹ Aprovação automática foi o nome conferido a uma política de avaliação continuada pela qual os alunos das quatro primeiras séries do ensino fundamental não seriam reprovados, mas sim acompanhados sem interrupção de série, caso tenha sido identificada uma dificuldade específica em uma das séries. Uma medida que levava em conta os problemas decorrentes de reprovação em crianças no início do processo de socialização com colegas, com a escola e com conteúdos. Esse procedimento, que acabou não sendo cumprido tal como previsto, gerou uma série de distorções, entre elas a ideia de que não há no horizonte de aprendizagem a possibilidade de reprovação, o que, na avaliação dos professores, resultaria em uma atitude por parte dos estudantes de completo desinteresse ou falta de noção de autoridade daqueles que, afinal, seriam os responsáveis pela reprovação. A politização da política de avaliação continuada, identificada como “aprovação automática”, se prolongou, ocupando, inclusive, espaço de propaganda eleitoral – o que, objetivamente, revela o nível de deslocamento do que pode ser considerada uma discussão sobre qualidade de ensino.

² Ver BOMENY, Helena; COELHO, Maria Claudia & SENTO-SE, João Trajano. “Violência nas escolas do Rio de Janeiro: notas exploratórias sobre a autoridade docente e as percepções da violência”. *Desigualdade & diversidade* (PUC-RJ), v. 4, p. 70-109, 2009.

Em seus relatos, os professores se recusaram a circunscrever o tema da violência nas escolas, tratando-o como um problema *per se*. Ao invés, articulavam-no a questões mais amplas do universo escolar – disciplina e autoridade docente. Essa forma de pensar a violência nos inseriu em um universo de preocupações constantes entre cientistas sociais e educadores.

Responsáveis por parte fundamental da socialização para a convivência em sociedade, as escolas têm sido objeto das mais distintas cobranças e das mais variadas avaliações: o que podem fazer, de que forma cumprem o esperado, quanto ajudam na preparação de indivíduos para a vida comum, quanto impedem que a criatividade infantil se desenvolva, se contam com o apoio devido por parte da autoridade pública, se administram com eficiência ou descaso os recursos de que dispõem, se são ambientes apropriados ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, se, ao contrário, contribuem para o adensamento dos conflitos, se contam com professores comprometidos com sua missão pedagógica ou se inviabilizam o projeto docente, enfim, uma lista que pode ser multiplicada em variantes estruturais ou conjunturais. O debate chegou a considerar a falência da escola como espaço adequado à ambição socializadora em um mundo acelerado por mudanças sucessivas, comprometendo o ideal de experiência institucionalizada mais estável. Mas a escola se manteve, e, com ela, os desafios republicanos.

O direito à educação fundamental ocupou a agenda de políticas desde a década de 1980 de forma particular. O campo da educação foi dramatizado no sentido de ampliar o número de vagas para que crianças em idade escolar pudessem ser atendidas como estabelecido na Constituição. O Rio de Janeiro acompanhou essa movimentação em tons vibrantes. É só recuperarmos as inúmeras intervenções feitas pelos dois governos Leonel Brizola (1983/1987; 1991/1994) através do Programa Especial de Educação. Em pauta, a urgência de o estado garantir às crianças o espaço escolar, a convivência social assistida em uma escola em tempo integral, a proteção social de uma política que considerava fortemente a ampliação de vagas e as oportunidades sociais advindas do trabalho de especialistas contratados para permanecerem no ambiente escolar. Não é esse o espaço de avaliar tal experimento de governo, já em muitas oportunidades tratado, mas apenas de registrar que ele estava impregnado do ideal republicano de universalizar um direito subtraído da história brasileira a despeito de todos os debates do início da República. Era a materialização de uma dívida histórica que os governos Brizola se dispuseram a liquidar.

Em termos nacionais, a universalização viria, mas no final da década seguinte, no final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ainda que com registros desiguais, era possível considerar que o esforço de acolher as crianças em idade escolar estava sendo bem-sucedido. Mas outro problema se agregava e mostrava com força que havia mais água embaixo dessa ponte. À expansão quantitativa do sistema educacional não correspondia o esperado: as crianças estavam na escola, mas não aprendiam. A qualidade do ensino oferecido ganhou tónus discursivo e ocupou a agenda de pesquisa de cientistas sociais e educadores com desdobramentos em políticas de Estado, como foram os expedientes ministeriais que deram início a um grande programa de avaliação, progressivamente incorporado à rotina estudantil, mas também à rotina das instituições educacionais. O pêndulo acabou contribuindo para caracterizar a década de 1980 como a de “expansão”, e a de 1990, de “avaliação da qualidade”.

Interessante nesse movimento – e isso envolve a sociedade civil – é que a educação dificilmente aparecia na mídia impressa ou televisiva até o final da década de 1990. É como se não fosse uma questão que mobilizasse a sociedade. A evidência da falência ou da dificuldade do sistema educacional em preparar indivíduos para novas funções demandadas pelo mercado em uma sociedade em processo de reconversão industrial foi sendo paulatinamente visualizada em matérias não só de especialistas em educação. Os órgãos de imprensa promoviam a divulgação de questões relativas ao fracasso do sistema educacional em corresponder aos desafios do momento. Incentivadas pelos economistas e empresários, tais discussões insistiam no diagnóstico negativo a respeito da capacidade do sistema educacional brasileiro. Era o obstáculo a ser ultrapassado para que o Brasil se tornasse um país de economia aberta e competitiva. Uma evidência que produziu seus efeitos.

No interior da comunidade acadêmica acentuou-se a desconfiança a respeito de um diagnóstico proveniente de agências internacionais mobilizadas pelos indicadores de eficiência/ineficiência de um sistema de educação com vistas aos processos produtivos e às inovações tecnológicas que marcavam a reconversão industrial. Refém dos diagnósticos de empresas, agências internacionais de fomento e economistas, a educação veria restringida sua dimensão humanizadora, rendendo-se ao pragmatismo da eficiência e do cálculo. Teria sido por esse viés que finalmente alcançou a mídia?

O esforço de inclusão teve efeitos consideráveis sobre o sistema educacional. E a questão da qualidade da educação oferecida produziu outros efeitos. A

comunidade escolar ficou em evidência. Que espaço as escolas oferecem, como os professores se relacionam com os estudantes, como se preparam, se são ou não avaliados, que alterações seriam exigidas para que a escola não ficasse tão distante dos interesses dos estudantes que nela ingressam, que apoio o corpo docente tem para sua atualização como profissionais da educação, como valorizar a profissão, como estimular os estudantes etc.? Nada disso é trivial em qualquer sociedade, e menos ainda em um país da extensão do Brasil com as discrepâncias internas se comparadas às situações regionais.

As demandas por educação crescem na proporção em que segmentos da sociedade acessam posições ainda não experimentadas ou se informam sobre possibilidades melhores reservadas aos que percorreram trajetos maiores de escolarização. Um dado interessante no Brasil é o grau de escolaridade dos pais, que vem sofrendo alterações importantes a favor de mais tempo de estudo. Esse último dado tem influência sobre expectativas de escolarização dos filhos. Somado ao crescente movimento de inserção das mulheres no mercado de trabalho, é possível verificar um crescimento da pressão por espaço escolar para permanência das crianças com pais ou com responsáveis fora de casa. Ainda que não haja garantia de que um diploma universitário garanta posições privilegiadas ou mais altas que aquelas ocupadas por trabalhadores de baixa escolaridade, o certo é que, cada vez mais, indicadores reforçam a associação entre melhores posições e maior escolaridade. Tais percepções são diretamente vinculadas à vida das pessoas que, aglomeradas, funcionam como uma pressão indiscutível sobre a estrutura educacional do país.

A democratização do acesso e a ampliação da demanda trazem outras questões sociológicas importantes. Estender o direito não significa distribuir igualitariamente oportunidades. Há escolas melhores e piores, com mais ou menos êxito nas avaliações, mais ou menos seletivas. Processos de seleção e processos de socialização no interior da comunidade escolar têm peso considerável sobre a expectativa das famílias em tentar colocar ou evitar que seus filhos permaneçam nas escolas. As escolas são parte de todo esse contexto, e, em grande medida, vulneráveis a interferências positivas ou negativas que o entorno provoca. Os alertas de Bourdieu a respeito dos ambientes escolares mais ou menos favorecidos e dos estudantes com maior ou menor possibilidade de responder a situações de competição em que pesam capitais simbólicos e materiais decisivos fizeram do espaço escolar um laboratório de teste social por vezes alvo de avaliações extremamente pessimistas. Seria

uma utopia republicana a ideia de abrir na escola o espaço da socialização igualitária, estimulante, autônoma e capaz de forjar cidadania? Seriam as escolas públicas disponíveis igualitariamente aos que a ela têm direito de ingressar? Estariam as escolas localizadas em ambientes mais vulneráveis pela pobreza e pela localização em regiões inseguras da cidade inexoravelmente condenadas pela violência?

Os textos que integram este dossiê foram escritos por cientistas sociais que de alguma maneira elegeram a educação como desafio em dimensões variadas. Marcio Costa, Ana Pires do Prado e Rodrigo Rosistolato, da Faculdade de Educação da UFRJ, trouxeram resultados de pesquisa voltada para a compreensão do sistema público de educação do Município do Rio de Janeiro. O título do artigo indica o problema de pesquisa implicado no texto: “*Talvez se eu tivesse algum conhecimento...*”: caminhos possíveis em um sistema educacional público e estratificado”. Que estratégia os atores estabelecem para a matrícula de seus filhos na rede pública? De que maneira o direito público é driblado ou reconhecido nas malhas de distribuição de matrículas na rede pública? Que mecanismos influenciam a distribuição dos estudantes na rede de ensino fundamental? A rede não é uniforme. Escolas se destacam por desempenho ou por falta de prestígio. A hierarquia dos estabelecimentos fortalece a competição, e muitos artifícios são usados por escolas da rede para que os melhores alunos as frequentem.

A qualidade da formação escolar se liga diretamente à alocação dos estudantes e ao desempenho das escolas. As famílias acabam sendo atores fundamentais nessa dinâmica, porque, em grande medida, cuidam da trajetória escolar de seus filhos, pressionando por vaga onde avaliam que possam ser mais bem atendidos e possam angariar uma formação de mais qualidade. Os autores tratarão dos elementos que orientam tais escolhas pelas famílias, e as estratégias utilizadas para o acesso às vagas desejadas. Quanto a distribuição dos estudantes na cidade do Rio de Janeiro corresponde ao ideal republicano de oferta universal e equânime de oportunidades educacionais?

O tema da violência retorna pela pesquisa coordenada por João Sebastião em Lisboa publicada neste dossiê como “As duas margens do rio: contrastes urbanos e regulação da violência na escola”. De que maneira as escolas respondem ao fenômeno da violência em ambientes escolares inseridos em áreas menos protegidas da cidade? João Sebastião (ISCTE/CIES da Universidade de Lisboa), Joana Campos (Escola Superior de Educação de Lisboa/CIES) e Sara Merlini (CIES/ISCTE – Instituto Universitário

de Lisboa) analisaram escolas situadas em contextos urbanos degradados, altamente conflituados pelo avanço da violência e pela aguda desigualdade social, com o objetivo de compreender como e quanto estavam as escolas afetadas pela situação externa. A conclusão dos autores estimula a leitura do texto pelo considerado improvável. Escolas situadas no ambiente mais vulnerável apresentavam níveis reduzidos de violência em seu interior, e, inversamente, escolas com uma frequência elevada de ocorrências se situavam em contextos urbanos mais estruturados e majoritariamente de classe média, problematizando o “aparente contágio de conflitualidade” contido em concepções muito divulgadas e aceitas por parte importante da sociedade e da própria comunidade acadêmica sobre meios sociais desfavorecidos. Orientações, práticas e processos organizacionais têm, na avaliação dos autores, papel fundamental na estratégia das escolas de enfrentar questões como a violência, e de reagir a elas com desdobramentos inestimáveis no sentido de pacificar o ambiente escolar em sua rotina.

De Portugal, contamos ainda com mais uma contribuição ao dossiê. Como no Brasil, também lá a rede pública reage, como vimos no trabalho coordenado por João Sebastião, à irrupção de situações agressivas, ora associadas à indisciplina, ora a fatores externos derivados de situações estruturais diante das quais a escola dificilmente conseguiria se defender incólume. À análise sociológica proposta pela pesquisa de João Sebastião recebemos como contraponto complementar o relato etnográfico de Alexandra Leandro em seu texto “Desordem, violência (s) e indisciplina (s) nas escolas contemporâneas: ansiedades republicanas”. Três escolas públicas portuguesas constituíram-se no campo de observação da antropóloga. O interesse aqui foi concentrar-se nos processos micropolíticos da organização escolar, o que vale dizer, nas maneiras específicas e particulares aos sujeitos que convivem naqueles espaços, submetidos àquelas situações, de criarem estratégias de convivência diante de dinâmicas consideradas disruptivas. Alunos protagonistas e vítimas e demais membros da comunidade escolar transitam em uma movimentação assimétrica de manifestação emocional. As escolas contemporâneas têm invadido o noticiário com questões que afetam diretamente a percepção que famílias e membros da comunidade escolar têm do espaço escolar. Noções como *desordem escolar*, *violência*, *indisciplina* e *bullying* transformam-se em acusações e provocam nos atores envolvidos reações nem sempre previsíveis, menos ainda, uniformes. Situações de conflito não são experimentadas de maneira semelhante, ainda que o espaço seja o mesmo. A forma como tais experimentos são vivenciados traduz níveis distintos de

combinação interativa e pode ajudar na compreensão das regras possíveis de interatividade em rotinas institucionais. A marca da complexidade e da heterogeneidade nas manifestações desses fenômenos é a mensagem mais forte do ensaio etnográfico de Alexandra Leandro.

Finalmente, do lado do ensino, o desafio apresenta suas feições particulares. A democratização do acesso ao ensino superior tem sua contrapartida na oferta de conteúdos que atravessem espaços e tempos demarcados. O alerta de Bourdieu a respeito da impropriedade da universalização de uma linguagem e a expectativa de sua absorção por um público desigual permanece como advertência aos que se propõem a traduzir conhecimentos para um público indiferenciado. Produzir materiais didáticos para ensino a distância, por exemplo, sem controle face a face dos estudantes e sem contato com reações presenciais ou produzir materiais didáticos para professores que desempenharão suas atividades tendo como apoio fundamental aquele produto obrigam a combinação de formação acadêmica com linguagem adequada a leitores desconhecidos. O artigo de Raquel Emerique narra o processo de pré-produção de um curso de sociologia voltado para o programa de democratização do ensino superior. O que significaria a reintrodução das ciências sociais na escola média? Em que medida e quanto seria desejável o cruzamento de saberes em uma reforma curricular para o ensino da Sociologia? A autora defende seus pontos enfatizando o benefício que as ciências sociais poderiam produzir do ponto de vista do alargamento cultural e da capacidade reflexiva na escola e na vida cotidiana dos alunos.

Os desafios republicanos se estendem a dimensões mais amplas do que as aqui contempladas. Demandam atenção em níveis de análise e percepção mais e mais acurados. Processos de democratização e dinâmicas de sociedades democráticas de massa avassalam a imaginação dos cientistas sociais pela irreverência com que se impõem à vida coletiva. Longe de nos conduzir a um ideal de modelo menos turbulento, a democracia republicana cobra dos cientistas sociais que não renunciem ao que, desde sua fundação, erigiram como marca identitária do campo de conhecimento das ciências sociais: a capacidade crítica e analítica para adentrar, sem susto, os meandros imprevisíveis da vida em sociedade. Foi com essa motivação que trouxemos o dossiê.

Helena Bomeny
Organizadora